

OPERÁRIAS: SINDICALIZAÇÃO E REIVINDICAÇÕES (1970-1980) *

**Leda Gitahy, Helena Hirata, Elizabeth Lobo
e Rosa Lúcia Moyses**

1. EVOLUÇÃO RECENTE DO TRABALHO FEMININO NO BRASIL

Nosso trabalho consistiu em, a partir da constatação do enorme aumento do salariedade feminino, em particular no interior da indústria de transformação, buscar o seu reflexo sobre a evolução da sindicalização feminina e sua participação nas reivindicações e lutas operárias recentes, isto é, em relacionar o crescimento da sindicalização com o crescimento da população economicamente ativa por sexo.

Partimos da hipótese de que o índice de crescimento da sindicalização feminina deve ter aumentado ao menos proporcionalmente ao aumento da força de trabalho do sexo feminino, sobretudo nas indústrias metalúrgicas, dado que os sindicatos metalúrgicos das várias regiões industriais do país foram os mais dinâmicos nas campanhas de sindicalização dos últimos anos, bem como nas campanhas salariais, nas campanhas para eleições sindicais e nas greves e lutas do movimento operário recente. Pensávamos também que o maior nível de combatividade e consciência adquirido pelo conjunto do movimento operário nesse período poderia ter acelerado bruscamente o processo de sindicalização dos trabalhadores dos dois sexos, mas que alguns fatos específicos (uma série de iniciativas dirigidas explicitamente às mulheres) poderiam ter acelerado ainda mais esse processo.

* Versão revisada de "Trabalho Assalariado, Sindicalização e Reivindicações das Operárias (1970-1980)", trabalho apresentado no I Congresso Estadual dos Sociólogos da ASEP (Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo), realizado em agosto de 1981.

Na massa de estudos recentes sobre trabalho feminino, de um lado, e sobre sindicalização e lutas operárias, de outro, pareceu-nos que faltava esse tipo de trabalho, relacionando sindicalização feminina e aumento da população economicamente ativa por sexo. Faz parte desse trabalho inicial o levantamento involuntário das dificuldades de acesso aos dados, tanto oficiais quanto sindicais, sobre sindicalização, itinerário longo e educativo que será exposto numa nota.

Uma brusca mudança **quantitativa e qualitativa** deve ser salientada na evolução recente da participação das mulheres na força de trabalho brasileira: as cifras do censo de 1970 estão totalmente ultrapassadas apenas 10 anos depois, como se pode ver tanto por dados estatísticos recentes quanto por pesquisas empíricas setoriais.

Mudança quantitativa: o saldo da porcentagem da força de trabalho feminina no total da população feminina de 10 anos e mais de idade passa de 18% em 1970 a 35,5% em 1978 ⁽¹⁾. Se em 1970, de 33.305.630 mulheres de 10 anos e mais de idade, apenas 6.165.447 exerciam uma atividade econômica remunerada, em 1978, essas cifras passam a 41.696.518 e 14.792.256 ⁽²⁾.

As mudanças quantitativas também são notáveis se observamos o aumento da participação feminina na composição da mão-de-obra da indústria de transformação ⁽³⁾:

indústrias de	1970		1978		crescimento 1970-1978	
	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
transformação	2.633.050	608.811	5.192.239	1.799.586	97,2%	195,6%

Observa-se que, no setor mencionado, o número de homens quase duplica no período considerado, e o número de mulheres quase triplica.

Mudança qualitativa: as mulheres, antes concentradas fundamentalmente nos setores considerados tradicionalmente "femininos" como têxtil, confecção, fumo e calçados, passam a compor gradualmente contingentes de assalariados dos setores dinâmicos e modernos, cujo crescimento foi intenso durante os anos de "milagre econômico" (1969-1972): trata-se em particular de segmentos da indústria metalúrgica como o

1. *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE, 1980, p. 120.

2. Entre 1970 e 1978 verifica-se um aumento em números absolutos em mais de 8 milhões do total da população feminina de 10 anos e mais de idade e uma diminuição em números absolutos de 235.921 da população feminina não economicamente ativa de 10 anos e mais.

3. Os dados referem-se à população economicamente ativa. *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE, 1980, p. 120.

de produção de equipamentos elétricos e eletrônicos e a de auto-peças.

No total do número de empregos ocupados na indústria em 1976, 19,5% são do sexo feminino. Em 1976, as trabalhadoras constituíam 10,5% do total da mão-de-obra no ramo metalúrgico, 9,2% no ramo mecânico, 31,1% no ramo de material elétrico e comunicações, 8,6% no ramo de material de transporte, isto é, um total de 188.452 empregos (13,3%) nas indústrias metalúrgicas, mecânicas, de material elétrico e comunicações e material de transporte. Também constituíam 15,3% do total de empregos ocupados no ramo químico, 36,2% no ramo farmacêutico, 31,5% no ramo plástico. Nas indústrias ditas "tradicionais" a porcentagem de mão-de-obra feminina é ainda elevada: 64,3% no ramo vestuário, calçados, tecidos, 46,7% no ramo têxtil e 53,9% na indústria do fumo (4).

Outra mudança concomitante a essa entrada das mulheres nas indústrias dinâmicas tradicionalmente pouco feminilizadas foi a diminuição da participação feminina em alguns setores ditos "tradicionais". Para o Estado de São Paulo, constata-se uma queda no número de trabalhadoras empregadas em serviços domésticos, que passou de 407.774 em 1971 para 395.209 em 1976 (5). Ao nível nacional, houve um crescimento no item "prestação de serviços" que não desagrega dados referentes a "serviços domésticos", de 2.389.508 em 1970 para 3.372.178 em 1976 (6).

Essa diminuição em números absolutos de empregadas domésticas em São Paulo leva-nos a supor que a mudança brusca ocorrida na composição por setor da mão-de-obra empregada por sexo nos últimos dez anos teve como causa não só a **incorporação de novos contingentes de mão-de-obra feminina** como também o **deslocamento** para certos ramos dinâmicos da indústria de transformação de contingentes de assalariadas previamente empregadas nos setores ditos "tradicionais": se o segundo fator é levantado apenas a título de hipótese, a ser verificada, o primeiro foi objeto de várias pesquisas. Com efeito, a entrada no mercado de trabalho de mulheres antes efetuando apenas trabalho doméstico não remunerado de caráter familiar é constatável não só pelos dados estatísticos de fonte oficial (IBGE) ou sindical (DIEESE), como

4. RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), dados de 1976, publicados em 1980. *Anuário Estatístico do Trabalho*, Centro de Documentação e Informática do Ministério do Trabalho, Brasília.

5. EMPLASA, 1979.

6. *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE, 1980.

também por diversas pesquisas (IPEA-CNRH, por exemplo) ⁽⁷⁾.

A entrada de novos grupos de mulheres no mercado de trabalho como assalariadas do setor industrial foi consequência da articulação de quatro fatores essenciais:

1. o impulso dado pela necessidade de contribuir para o orçamento familiar, dada a baixa dos salários reais a partir de 1964 ⁽⁸⁾;

2. o caráter e a dinâmica do crescimento brasileiro recente que suscitou a criação de uma massa de novos empregos, especialmente no setor metalúrgico e de material elétrico, exigindo habilidade, destreza e minúcia, considerados "adaptados" à mão-de-obra feminina;

3. as modificações na organização do processo de trabalho introduzidas nas grandes empresas, acentuando a decomposição das tarefas no sentido de sua simplificação e rotinização, desqualificando o trabalho e abrindo espaço para o aproveitamento de novos contingentes de mão-de-obra não-qualificada ⁽⁹⁾;

4. as modificações na organização do processo de trabalho trazem consigo a transferência de funções de planificação e organização da fábrica para o escritório, criando aí também funções simplificadas de execução que passam a ser ocupadas preferencialmente por mulheres ⁽¹⁰⁾.

A esses quatro fatores acrescentou-se a política de gestão da mão-de-obra do patronato brasileiro para fazer face à conjuntura de crise após 1973, que consistiu na mobilização da mão-de-obra feminina em número crescente concomitante à mobilização da mão-de-obra de menores (dos dois sexos), por

7. Cf. Anuários Estatísticos IBGE, estatísticas sobre mercado de trabalho e emissão de carteiras de trabalho do DIEESE e as pesquisas sobre mercado de trabalho do IPEA-CNRH (cf. em particular tabela 3, cit. por Cláudio Salm, "Escola e Trabalho", p. 88, 1980).

8. DIEESE, "Família Assalariada: Padrão e Custo de Vida", São Paulo, 1973.

9. As consequências dessas modificações para o emprego feminino não são homogêneas em todos os setores industriais. Se nas indústrias metalúrgicas e de material elétrico, alimentação, químicas e farmacêuticas a tendência é de aumento de participação feminina, já na têxtil a tendência é de sua diminuição (cf. tabela 2.8). Para uma discussão mais detalhada de como se dá esse processo e sobre as características do emprego industrial feminino cf. Humphrey, John (1981) "Women's Employment in the Modern Manufacturing Sector in Brazil", mimeo., University of Liverpool.

10. Analisando a distribuição do emprego feminino por ocupação, Brizolla verifica um grande aumento da participação feminina nas funções burocráticas e de escritório, que passa de 36,5% em 1970 para 54,3% em 1978 (cf. Brizolla, Sandra, 1981) "Formas de Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho — o caso do Brasil", versão preliminar da tese de doutoramento a ser apresentada no Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE) — IFCH, UNICAMP.

razões ligadas ao seu menor custo e menor "agressividade" no plano das negociações. Essa menor agressividade é explicada por motivos diversos: desde sua pouca tradição como trabalhadoras remuneradas até por razões de ordem ideológica — a pretensa "docilidade" ou "submissão/abnegação" das mulheres.

2.1. EVOLUÇÃO DA SINDICALIZAÇÃO NO BRASIL 1970-1980

Tendências gerais

No período compreendido entre 1970 e 1978 o número total de empregados urbanos sindicalizados passa de 2.132.056 a 4.271.450, verificando-se um aumento de 100,3% (cf. tabela 2.2). Esse aumento supera o da PEA (População Economicamente Ativa) urbana, que cresce no mesmo período em 84% (cf. tabela 2.1). A taxa de sindicalização — porcentagem da PEA urbana constituída por empregados urbanos sindicalizados passa assim de 13% em 1970 para 14,1% em 1978 (cf. tabela 2.3).

Até aqui constatamos que o crescimento total da sindicalização urbana no período estudado é superior ao da PEA, mas uma comparação entre os índices de crescimento da PEA urbana (IT — tabela 2.1) e o do número de empregados urbanos sindicalizados (IT — tabela 2.2) acrescenta novos elementos à nossa análise:

	IT PEA urbana	IT n.º de sindicalizados
1970	100	100
1976	155	151
1977	170	165
1978	184	200

Até 1977 o crescimento da sindicalização é inferior ao da PEA urbana, e verifica-se assim uma queda na taxa de sindicalização que passa de 13% em 1970 para 12,5% em 1976 e 1977 (cf. tabela 2.3). Em 1978 ⁽¹⁾ a tendência se inverte, e em tais proporções, que provoca a inversão da tendência para todo o período 70-78 (Δ_s 70-78 > Δ_p 70-78). Entre 77 e 78 verifica-se um aumento de 21,7% no número de sindicalizados, enquanto o aumento correspondente da PEA urbana foi de apenas 8% (ver tabelas 2.1 e 2.2).

1. Os dados dos Inquéritos Sindicais utilizados referem-se ao número de associados em 31 de dezembro de 1978.

Tabela 1.1

Evolução da população economicamente ativa por sexo — Brasil

	N.ºs relativos (em %)				N.ºs absolutos			
	MULHERES	HOMENS	IT	TOTAL	IM	MULHERES	IH	HOMENS
1872	45,5	54,5		—		—		
1900	45,3	54,7		—		—		
1920	15,3	84,7		—		—		
1940	15,9	84,1	82	14.020.123	89	2.239.528	81	11.780.595
1950	14,7	85,3	100	17.117.362	100	2.507.564	100	14.609.798
1960	17,9	82,1	132	22.750.028	162	4.076.861	127	18.673.167
1970	21,0	79,0	172	29.557.224	245	6.165.447	160	23.391.777
1976	29,2	70,8	235	40.236.743	468	11.756.924	194	28.479.819
1977	31,6	68,4	262	44.709.145	563	14.107.128	202	29.473.601
1978	32,6	67,4	265	45.394.273	590	14.792.256	209	30.602.017

FONTE: 1872-1920 Sattiotti, HIB "Trabalho Feminino e Capitalismo em Perspectivas" nrl 1976

1940 *Anuário Estatístico do Brasil* 1943 pg. 29

1950-1978 *Anuário Estatístico do Brasil* 1980 pg. 120 IBGE

$$I = \frac{n_i}{n_{1950}} \times 100$$

IT = índice total

IH = índice homens

IM = índice mulheres

Tabela 1.2

Brasil: Distribuição da população economicamente ativa feminina por setor de atividade 1940-1978
em números absolutos e relativos (% do total)

	TOTAL	AGRÍCOLA	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (A)	INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (B)	OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS (C)	TOTAL INDÚSTRIA EM % (A + B + C)	COMÉRCIO DE MERC.	PRESTAÇÃO DE SERV.	SOCIAL	TRANSP. ECOM.	ADMIN. PÚBL.	OUTRAS ATIV.
1940	2.239.528 (100)	1.270.199 56,7	292.685 13,1	—	45.358 2,0	15	50.941 2,3	438.153 19,7	—	13.918 0,6	—	—
1950	2.507.564 (100)	758.314 30,2	383.688 15,3	3.849 0,2	6.269 0,3	15,8	89.061 3,6	925.973 36,9	242.182 5,7	28.317 1,1	44.480 1,8	25.431 3,5
1960	4.076.861 (100)	1.225.016 30,0	483.705 11,9	6.916 0,2	9.643 0,2	12,3	170.831 4,2	1.479.457 36,3	438.317 10,8	40.101 1,0	80.550 2,0	142.352
1970	6.165.447 (100)	1.257.626 20,4	608.811 9,9	15.066 0,2	18.237 0,3	10,4	370.387 6,0	2.389.308 38,8	558.001 16,1	60.722 1,0	160.194 2,6	286.895 4,7
1976	11.756.924 (100)	3.200.613 27,2	1.454.590 12,4	51.849 0,4	41.494 0,4	13,2	983.709 8,4	3.372.178 28,7	1.707.761 14,5	113.436 1,0	262.351 2,2	568.933 4,8
1977	14.107.128 (100)	4.091.720 29,0	1.585.691 11,2	59.338 0,4	53.768 0,4	12,0	1.096.700 7,8	4.435.510 31,4	1.876.003 13,3	124.015 0,9	273.590 1,9	510.793 3,6
1978	14.792.256 (100)	3.861.441 26,1	1.799.586 12,1	61.411 0,4	56.489 0,4	12,9	1.250.278 8,5	4.741.906 32,0	2.022.765 13,7	141.783 0,9	324.922 2,2	351.736 2,4

FONTE: 1940 — *Anuário Estatístico do Brasil* — 1948, p. 29. 1950-1978 — *Anuário Estatístico do Brasil* — 1980, p. 120, IBGE.

Tabela 1.3**Indústria: Total**

	N.ºs relativos			TOTAL	IH	N.ºs absolutos		
	HOMENS	MULHERES	IT			HOMENS	IM	MULHERES
1940	81,2	18,8	74	1.790.616	71	1.452.573	86	338.043
1950	83,8	16,2	100	2.427.364	100	2.033.558	100	393.806
1960	83,3	16,7	124	3.012.604	124	2.512.340	127	500.264
1970	88,2	11,8	223	5.424.362	235	4.782.248	163	642.114
1976	83,4	16,6	384	9.322.626	382	7.774.693	393	1.547.933
1977	83,1	16,9	414	10.051.040	411	8.352.303	431	1.698.737
1978	82,3	17,7	446	10.823.951	438	8.906.471	487	1.917.486

FONTE: 1950-78 — *Anuário Estatístico do Brasil 1980* — IBGE; 1940 — *Anuário Estatístico do Brasil 1948*.

Esses dados reforçam a hipótese de que o grande impulso dado às lutas dos movimentos populares urbanos, sobretudo a partir das greves de massa de 1978, incidem no processo de sindicalização, acelerando-o.

Tabela 2.1

BRASIL: Evolução da PEA urbana por sexo 1970-1978.

	N.ºs absolutos				TOTAL	IT	N.ºs relativos	
	HOMENS	IH	MULHERES	IM			HOMENS	MULHERES
1970	11.561.882	100	4.907.821	100	16.469.703	100	70.2	29.8
1976	17.085.379	148	8.556.311	174	25.641.690	155	66.6	33.4
1977	18.013.847	156	10.015.408	204	28.029.255	170	64.3	35.7
1978	19.336.240	167	10.930.815	223	30.267.055	184	63.9	36.1
△ 70-78	67		123		84			
△ 77-78	7.4		9.2		8.0			

Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil*, 1980.

Tabela 2.2

BRASIL: Associados dos Sindicatos de Empregados Urbanos por sexo em 31.12.

	N.ºs absolutos				TOTAL	IT	N.ºs relativos	
	HOMENS	IH	MULHERES	IM			HOMENS	MULHERES
1970	1.814.774	100	317.312	100	2.132.056	100	85.2	14.8
1971	1.959.278	108	358.497	113	2.317.775	109	84.5	15.5
1972	2.085.459	115	402.749	127	2.488.208	117	83.8	16.2
1973	2.261.943	125	458.112	144	2.720.055	128	83.1	16.9
1974	2.419.520	133	511.152	161	2.930.672	137	82.6	17.4
1975	—	—	—	—	—	—	—	—
1976	2.642.000	146	582.422	184	3.224.425	151	81.9	18.1
1977	2.853.867	157	656.048	207	3.509.915	165	81.3	18.7
1978	3.394.710	187	876.740	276	4.271.450	200	79.5	20.5
△ 70-78	87.0		176.3		100.3			
△ 77-78	20.0		33.6		21.7			
△ 76-77	8.0		11.3		8.9			
△ 74-76	9.2		14.0		10.0			
△ 72-73	8.4		13.7		9.3			
△ 71-72	6.4		12.3		7.3			
△ 70-71	7.9		12.9		8.7			

Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil 1971-1980 IBGE (Inquérito Sindical)

$$I = \frac{n_i}{n_{1970}} \times 100$$

$$\Delta 70-78 = \frac{n_{78}}{n_{70}} \times 100 - 100 = I - 100$$

Tabela 2.3**BRASIL: Porcentagem da PEA urbana constituída por empregados urbanos sindicalizados - 1970-1978.**

	$\frac{n \text{ sindicalizados}}{n \text{ PEA urbana}} \times 100$		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL
1970	15.7%	6.5%	13.0%
1976	15.5%	6.8%	12.5%
1977	15.8%	6.6%	12.5%
1978	17.6%	8.0%	14.1%

Nota: Tabela calculada a partir das tabelas 2.1 e 2.2

Dada a importância dos trabalhadores industriais, tanto do ponto de vista quantitativo, na medida em que eles constituem uma média de 58,7% dos trabalhadores urbanos sindicalizados⁽¹²⁾, como pela importância das greves operárias deflagradas a partir de maio de 1978 para o conjunto do movimento sindical, passamos agora a estudar mais detalhadamente este setor⁽¹³⁾.

Tabela 2.4**BRASIL: Relação entre a PEA na Indústria e o número de empregados sindicalizados - 1970-1978.**

	PEA INDÚSTRIA	IP	N.º EMPREGADOS SINDICALIZADOS NA INDÚSTRIA	IS	INDÚSTRIA % n.º Sind./PEA
1970	5.424.362	100	1.239.363	100	22.8
1976	9.322.626	172	1.901.237	168	20.7
1977	10.051.040	185	2.079.607	168	20.7
1978	10.823.951	200	2.507.026	202	23.2
△ 70-78	99.6		102.3		
△ 77-78	7.7		20.6		

Fonte: IBGE — *Anuários Estatísticos do Brasil* — 1971/1980.

12. Tomando-se os anos de 1970, 1976, 1977 e 1978 a média de participação dos trabalhadores na indústria no número total de empregados urbanos sindicalizados foi de 58,7%. Para o mesmo período a média de participação do setor industrial na PEA urbana

$$\frac{\text{PEA indústria}}{\text{PEA urbana}} \times 100$$
 foi de

35,1%. Os dados correspondentes para o setor comercial são de 18,9% para a sindicalização e 14,5% para a participação do setor na PEA urbana (cf. IBGE Anuários Estatísticos do Brasil 1971-1980).

13. Distribuição dos trabalhadores urbanos sindicalizados por setor de atividade em 1978: indústria = 58,7%; comércio = 20,4%; transportes = 10,9%; empresas de crédito = 5,7%; comunicações e publicidade = 2,4%; educação e cultura = 2,0% (cf. IBGE Anuário Estatístico do Brasil 1980).

Comparando a evolução do crescimento da PEA urbana e industrial com o da sindicalização urbana e industrial, verificamos que o crescimento da sindicalização na indústria é inferior ao da PEA industrial até 1977, invertendo-se a tendência em 1978 e acompanhando a evolução da sindicalização urbana. Já a PEA industrial cresceu mais do que a PEA urbana ⁽¹⁴⁾, o que sugere a importância da contribuição de outros setores para o aumento da sindicalização ⁽¹⁵⁾.

	I PEA IND	I PEA URB	I SIND IND	I SIND TOTAL
1970	100	100	100	100
1976	172	155	153	151
1977	185	170	168	165
1978	200	185	202	200

2.2. A SINDICALIZAÇÃO FEMININA ⁽¹⁶⁾

Nossa hipótese inicial, a partir da constatação do grande aumento da participação feminina na força de trabalho, que passa de 21,0% em 1970 para 32,6% em 1978 (cf. tabela 1.), era de que a sindicalização feminina deveria ter aumentado ao menos proporcionalmente ao aumento da força de trabalho feminina. Nossa segunda hipótese era de que o grande impulso dado às lutas operárias no período recente poderia ter acelerado bruscamente a sindicalização, sobretudo das trabalhadoras, dado um certo número de iniciativas dirigidas às trabalhadoras tanto no âmbito sindical quanto no âmbito do movimento social de mulheres.

A comparação entre a evolução da PEA e da sindicalização urbanas feita no item 2.1 reforçou a hipótese de que as lutas operárias incidiram diretamente no processo de sindicalização, acelerando-o bruscamente.

O primeiro dado que nos chama a atenção ao compararmos a evolução da sindicalização (tabela 2.2) com a da PEA

14. O crescimento da sindicalização dos operários industriais entre 70 e 78 foi de 102,3 (cf. tabela 2.4), ligeiramente superior ao crescimento total da sindicalização (100,3%, cf. tabela 2.2). Mas as taxas de crescimento da PEA nesse período foram de 84% para a urbana (cf. tabela 2.1) e de 99,6% para a industrial.

15. Quanto à contribuição de outros setores para a tendência geral de sindicalização, destaca-se o aumento da sindicalização em 138,5% entre os comerciários, setor onde a participação feminina na força de trabalho passa de 16,4% em 1970 para 29,1% em 1978 (cf. IBGE — Anuários Estatísticos do Brasil 1971-1980).

16. Trabalhamos aqui com os dados relativos à PEA urbana feminina pelo fato de que não dispomos de dados relativos à PEA na indústria distribuídos por sexo.

urbana (tabela 2.1) femininas é de que a participação das mulheres na PEA urbana (21,4% em 1970 e 36,1% em 1978) é muito superior à sua participação no número total de empregados urbanos sindicalizados (14,8% em 1970 e 20,5% em 1978) ⁽¹⁷⁾. Isto se reflete na taxa de sindicalização feminina (cf. tabela 2.3) — porcentagem da PEA urbana feminina constituída por mulheres sindicalizadas que vai de 6,5% em 1970 para 8,0% em 1978, enquanto a masculina passa de 15,7% em 1970 para 17,7% em 1978 ⁽¹⁸⁾.

Apesar desses dados indicativos da baixa participação feminina nos sindicatos, uma análise da evolução recente da sindicalização feminina mostra uma modificação dessa tendência.

No período compreendido entre 1970 e 1978 o número absoluto de mulheres sindicalizadas passa de 317.312 para 876.740, verificando-se um aumento de 176,3% (cf. tabela 2.2). No mesmo período o aumento da PEA urbana feminina foi de 123% (cf. tabela 2.1). O crescimento correspondente do número de homens sindicalizados foi de 87%, enquanto a PEA masculina aumentou em 67%. O crescimento total, já discutido anteriormente foi de 100,3%, contra um crescimento da PEA de 84% ⁽¹⁹⁾.

Esses dados indicam que o processo de sindicalização foi mais acelerado para as mulheres do que para os homens no período estudado, incidindo de forma positiva na tendência central.

Se tomamos o período 77-78, verificamos que o crescimento do número de mulheres sindicalizadas foi de 33,6%, enquanto a PEA feminina cresceu em 9,2%. Já a sindicalização masculina aumenta em 20,0% e a PEA masculina em 7,4 ⁽²⁰⁾.

Enquanto o índice de crescimento da sindicalização masculina acompanha o índice de crescimento da PEA masculina entre 70 e 77 (é ligeiramente inferior em 1976 e ligeiramente superior em 1977) modificando-se a tendência em 1978, o índice de crescimento da sindicalização feminina é superior ao da PEA feminina já em 1976 (o que eleva a taxa de sindi-

17. A média para os anos de 70, 76, 77 e 78 é de $PF_{PEA} = 33,8\%$
 $PF_{SIND} = 18,0\%$.

18. A média para os anos de 70, 76, 77 e 78 é $T_{sm} = 7,0\%$ para as mulheres e $T_{sh} = 16,1\%$ para os homens.

19. 70-78 $\Delta_{sm} - \Delta_{pm} = 53,3$ (mulheres)
 $\Delta_{sh} - \Delta_{ph} = 20,0$ (homens)
 $\Delta_{st} - \Delta_{pt} = 16,3$ (total)

20. A tendência central é um crescimento de 21,1% no número de sindicalizados e 8,0% para a PEA urbana.

calização feminina de 6,5% em 1970 para 6,8% em 1976) ⁽²¹⁾, acompanha o crescimento da PEA em 1977 e cresce bruscamente em 1978.

HOMENS		MULHERES		TOTAL		
I PEA H	I SIND H	I PEA M	I SIND M	I PEA T	I SIND T	
100	100	100	100	100	100	1970
148	146	174	184	155	151	1976
156	157	204	207	170	165	1977
167	187	223	276	184	200	1978

O fato de que o aumento da sindicalização feminina entre 1970 e 1976 seja superior ao de PEA feminina (83,5% e 74,5%, respectivamente) pode ser um indicador de que já na primeira metade da década de 70 começa a verificar-se uma modificação na relação mulheres-sindicatos. Esse maior interesse das mulheres trabalhadoras pelos sindicatos, anterior ao processo de radicalização do movimento sindical e ao grande surto de sindicalização de 1978, pode por um lado estar relacionado com o aumento da participação feminina nos movimentos populares urbanos (especialmente nos movimentos de bairro, CEBs, etc.), aspecto que discutiremos mais adiante e, por outro, ser apenas um reflexo da maior incorporação da mulher à força de trabalho.

Outra hipótese explicativa para o aumento da sindicalização feminina remete à possibilidade de que os serviços assistenciais característicos do sindicalismo brasileiro funcione como fator de atração das mulheres.

2.3 SINDICALIZAÇÃO FEMININA EM SÃO PAULO

Os dados até aqui apresentados parecem confirmar a hipótese mais geral de que a sindicalização das mulheres cresce nos períodos de fluxo do movimento operário em seu conjunto.

Dada a importância de São Paulo, tanto do ponto de vista quantitativo — 39,1% do total de trabalhadores sindicalizados e 33,8% das mulheres sindicalizadas concentram-se nesse Estado — como do ponto de vista qualitativo — São Paulo foi palco de lutas recentes do movimento sindical e operário — passamos agora a estudar a evolução da sindicalização nesse Estado. Infelizmente a falta de dados estatísticos só nos per-

21. Cf. tabela 2.3.

mite comparar a PEA urbana com a sindicalização em 1970 ⁽²²⁾. Compararemos então os dados relativos à sindicalização em São Paulo com a sindicalização no Brasil.

TABELA 2.5: % da PEA urbana constituída por empregados urbanos sindicalizados em 1970:

	Homens	Mulheres	Total
São Paulo	19,4%	8,5%	16,1%
Brasil	15,7%	6,5%	13,0%

A tabela 2.5 mostra que a taxa de sindicalização em 1970 é mais alta em São Paulo do que no Brasil.

No mesmo ano, 67,8% dos sindicalizados trabalhavam na indústria, enquanto do total da PEA urbana 42,1% pertenciam ao setor industrial⁽²³⁾.

No que se refere à participação das mulheres no número de trabalhadores sindicalizados, ela varia em São Paulo entre 15,5% em 1970 e 20,7% em 1978, enquanto para todo o Brasil a variação é entre 14,8% e 20,5%, respectivamente (cf. Tabelas 2.6 e 2.2).

No entanto, se compararmos as Tabelas 2.2 e 2.6, verificaremos que o crescimento total da sindicalização entre 1970 e 1978 no Brasil é maior do que o crescimento da sindicalização em São Paulo (100,3% e 84,8%, respectivamente).

22. Malgrado a boa vontade dos responsáveis dos sindicatos e de funcionários do Ministério do Trabalho, o acesso aos dados sobre sindicalização, e em especial a sindicalização feminina, foi extremamente difícil. Os censos decenais nem sempre discriminam os dados relativos à sindicalização por categoria profissional ou sexo. Os dados sobre sindicalização, mais recentes, contam com a discriminação por sexo, porém não são publicados pelo Ministério do Trabalho. São divulgados a pedido (o que acarreta sempre a incidência de fatores aleatórios, senão demora) pelo CDI (Centro de Documentação e Informática) do Ministério do Trabalho. É segundo essa segunda modalidade que obtivemos acesso aos dados sobre sindicalização para os anos de 1978 e 1979. Quanto às fontes sindicais; queríamos estudar os casos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Diadema e de São Paulo — mas o acesso aos dados, apesar da boa vontade dos responsáveis, não foi possível dada a conjuntura em que se desenvolveu nosso trabalho, coincidindo com a campanha para as eleições sindicais de ambos os sindicatos, momento em que o acesso aos dados, podendo servir à campanha, é visto com desconfiança pelas chapas concorrentes. Acrescente-se a isso o fato de que, mesmo em caso de acesso, não há dados estatísticos processados nos sindicatos e só teríamos em mãos as fichas de inscrição individuais.

23. Os dados correspondentes para o Brasil são de 51,8% e 32,9%, respectivamente.

O crescimento da sindicalizado paulista no período 77 e 78 também é inferior ao brasileiro (15% e 21,7%, respectivamente).

Como não dispomos de dados sobre a evolução da PEA urbana em São Paulo no período estudado, não podemos explicar essa diferença.

Mesmo assim, a evolução dos índices de crescimento da sindicalização (cf. Tabela 2.6) sugere que a tendência central observada para todo o Brasil — sindicalização, acompanhando a PEA até 1977 e acelerando-se bruscamente em 1978, se mantém em São Paulo. Aqui também essa tendência se diferencia, acentuando-se para as mulheres, especialmente no período 1977-78. A diferenciação entre homens e mulheres é mais acentuada para São Paulo: 12,4% para os homens e 31,4% para as mulheres, sendo a mesma taxa para todo o Brasil de 20,0% e 33,6%, respectivamente.

Os dados referentes ao período 78-79 acrescentam novas informações à nossa análise. A participação feminina no número de sindicalizados passa de 20,7% para 21,2%. A taxa de crescimento da sindicalização volta aparentemente ao seu ritmo anterior. Aqui a falta de dados tanto sobre a evolução da PEA como mais concretamente sobre o pessoal ocupado no setor urbano, nos impedem o estudo dos efeitos da crise econômica recente no processo de sindicalização, além dos já sugeridos na parte 1, para explicar a entrada de novos contingentes de mulheres no mercado de trabalho como assalariadas do setor industrial.

TABELA 2.6

ESTADO DE SÃO PAULO: Associados dos Sindicatos de Empregados Urbanos por sexo 1970-1978.

	N.ºs absolutos				Total	IT	N.ºs relativos	
	Homens	IH	Mulheres	IM			Homens	Mulheres
1970	656.250	100	121.563	100	777.813	100	84.3	15.6
1971	729.103	111	139.639	115	868.742	112	83.9	16.0
1972	770.704	117	152.029	125	922.733	119	83.5	16.4
1973	833.311	127	166.424	137	999.738	125	83.4	16.6
1974	887.863	135	184.857	152	1.072.720	138	82.8	17.2
1975	—	—	—	—	—	—	—	—
1976	956.048	146	203.494	167	1.159.494	149	82.5	17.5
1977	1.014.778	155	225.893	186	1.240.671	160	81.8	18.2
1979	1.211.227	184	325.131	267	1.536.358	197	78.8	21.2
△ 70-78	73.8		144.1		84.8			
△ 77-78	12.4		31.4		15.0			
△ 78-79	6.2		9.6		6.9			
△ 76-77	6.1		11		7.0			

Fonte: IBGE — *Anuários Estatísticos do Brasil 1970-1980*.

TABELA 2.7**ESTADO DE SÃO PAULO: Empregados Sindicalizados na Indústria por sexo e ramos de atividade (gêneros de indústria) 1978-1979**

	1978			1979			△ % 78-79			Distribuição das mulheres sindicalizadas	
	N.ºs absolutos e relativos			N.ºs absolutos e relativos			H	M	Total	1978	1979
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total					
Ind. Alimentação	79.1	20.9	100	77.9	22.1	100					
	67 589	17 838	85 427	72 136	20 703	93 724	6.7	16.1	9.7	9.8	10.8
Ind. Vestuário	49.6	50.4	100	50.4	50.6	100					
	15 290	15 560	30 850	18 159	18 675	36 834	18.8	20.0	19.4	8.5	9.7
Ind. Construção e Mobiliário	92.0	8.0	100	92.0	8.0	100					
	100 292	8 801	109 093	96 639	8 368	105 007	— 3.6	— 5.0	— 3.7	4.8	4.3
Indústrias Urbanas	90.2	9.8	100	91.1	8.9	100					
	34 761	3 774	38 505	35 067	3 438	38 505	0.9	— 0.9	0	2.1	1.8
Ind. Extrativa	99.1	0.9	100	99.5	0.5	100					
	2 758	25	2 783	3 306	17	3 323	19.9	—32.0	19.4	—	—
Ind. Fiação e Tecelagem	50.6	49.4	100	51.2	48.8	100					
	53 968	52 781	106 749	51 844	49 347	101 191	— 3.9	— 6.5	— 5.2	28.9	25.8
Ind. de Art. Couro e Plásticos	69.3	30.7	100	67.9	32.1	100					
	12 601	5 595	18 196	12 860	6 090	18 950	2.1	8.8	4.1	3.1	3.2
Ind. de Art. Borracha	82.6	17.4	100	87.2	12.8	100					
	9 437	1 988	11 425	11 384	1 668	13 052	20.6	—16.1	14.2	1.1	—

	1978			1979			△ % 78-79			Distribuição das mulheres sindicalizadas	
	N.ºs absolutos e relativos			N.ºs absolutos e relativos			H	M	Total	1978	1979
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total					
Ind. Joalheria Lap. de Pedras Prec.	77.6 672	32.4 322	100 994	66.7 5 936	33.3 296	100 889	-11.6	- 8.1	-10.7	—	—
Ind. Químicas e Farmacêuticas	75.9 42 089	24.1 13 392	100 55 481	75.4 48 596	24.6 15 890	100 64 486	15.5	18.7	16.2	7.3	8.3
Ind. Papel, Papelão e Cortiça	80.2 22 442	19.8 5 549	100 27 991	80.4 23 455	19.6 5 729	100 29 184	4.5	3.2	4.3	3.0	3.0
Ind. Gráfica	71.7 9 719	28.3 3 839	100 13 558	70.8 9 956	29.2 4 105	100 14 061	2.4	6.9	3.7	2.1	2.1
Ind. Vidros, Cristais e Espelhos	71.4 12.795	28.6 5 126	100 17 921	70.0 12 300	30.0 5 265	100 17 565	- 3.9	2.7	- 2	2.8	2.7
Ind. Instrumentos Musicais e Brinq.	42.7 3 994	57.3 5 352	100 9 346	38.1 4 398	61.9 7 170	100 11 574	10.1	34.0	23.8	2.9	3.7
Ind. Met., Mec. e de Mat. Elétricos	90.6 410 291	9.4 42 773	100 453 064	90.2 439 552	9.8 48 252	100 487 804	7.1	12.8	7.7	23.4	25.2
INDÚSTRIA — TOTAL	81.4 798 698	18.6 182 685	100 981 383	81.4 841 073	18.6 191 565	100 1 032 638	5.3	4.9	5.2	100	100

Fonte: Ministério do Trabalho, Secretaria Geral, Centro de Documentação e Informática — Inquérito Sindical 1978-1979.

2.4 AS TRABALHADORAS DA INDÚSTRIA

Em 1978, 61,6% das mulheres sindicalizadas trabalhavam na indústria. Se observarmos a distribuição das mulheres sindicalizadas por ramo de atividade em 1978, 28,9% estão na indústria de fiação e tecelagem, 23,4% são metalúrgicas, seguindo-se de 9,8% na indústria de alimentação e 8,5% na de vestuário. Já em 1979, 25,2% das mulheres sindicalizadas são metalúrgicas, 25,8% têxteis, seguidas de 10,8% na indústria de alimentação e 9,7% na de vestuário⁽²⁴⁾.

Nesse período é interessante ressaltar que a taxa de crescimento da sindicalização feminina é negativa nas indústrias têxteis (-6,5%), bastante alta nas indústrias do vestuário e alimentação: 20% e 16,1%, respectivamente. Entre as metalúrgicas, esta taxa é de 12,8%.

No entanto, se compararmos a taxa de crescimento da sindicalização feminina com a masculina nos diversos setores da indústria, verificamos que no setor têxtil a queda da taxa de sindicalização feminina é ligeiramente mais acentuada do que a taxa de sindicalização masculina. No caso da indústria do vestuário, o aumento da taxa de sindicalização é bastante alto, quase idêntico para homens e mulheres — 18,8% e 20,0%, respectivamente, o mesmo verificando-se para os trabalhadores da indústria química e farmacêutica, onde a taxa é de 15,5% para os homens e de 18,7% para as mulheres.

TABELA 2.8

BRASIL: Distribuição da PEA na indústria de transformação por seco e ramos de atividade 1950-1970⁽²⁵⁾ e número de empregos ocupados na indústria em 1976 (total e participação feminina)⁽²⁶⁾

2.8.1 — Indústrias têxteis:

	N.ºs absolutos		Total	N.ºs relativos	
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
1950	161.023	207.937	368.960	43.6	56.4
1960	162.777	157.206	319.983	50.9	49.1
1970	221.760	165.029	386.789	52.2	47.8
1976	—	197.865	424.229	—	46.7

24. Dados calculados a partir das tabelas do Ministério do Trabalho, Centro de Documentação e Informática, não publicados, cedidos graças à gentileza do Professor Nicolau Reinhard (cf. Tabela 2.7).

25. Fonte: IBGE — Censos Demográficos de 1950, 1960 e 1970.

26. RAIS — Relação Anual de Informações Sociais, 1976. Centro de Documentação e Informática do Ministério do Trabalho.

2.8.2 — Indústria do vestuário:

	N.ºs absolutos		Total	N.ºs relativos	
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
1950	10.055	18.185	28.240	35.7	64.3
1960	26.615	45.744	72.359	36.8	63.2
1970	27.820	65.740	93.560	29.8	70.2
1976 (27)	—	183.739	285.823	—	64.3

2.8.3 — Indústrias químicas e farmacêuticas:

	N.ºs absolutos		Total	N.ºs relativos	
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
1950	53.135	22.284	75.419	70.5	29.5
1960	68.102	19.346	87.448	77.9	22.1
1970	112.214	33.419	145.633	77.1	22.9
1976	—	54.095	234.561	—	23.1

2.8.4 — Indústria de alimentação:

	N.ºs absolutos		Total	N.ºs relativos	
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
1950	256.093	32.560	288.653	88.7	11.3
1960	265.452	35.914	301.366	88.1	11.9
1970	428.945	72.723	501.668	85.5	14.5
1976	—	125.001	547.205	—	22.8

2.8.5 — Indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico:

	N.ºs absolutos		Total	N.ºs relativos	
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
1950	164.345	10.262	174.607	94.1	5.9
1960	264.726	18.143	282.869	93.6	6.4
1970	746.394	62.935	809.329	92.2	7.8
1976	—	188.422	1.420.210	—	13.3

Esta similaridade da taxa de crescimento da sindicalização para homens e mulheres nos setores mencionados sugere que a sua variação pode se explicar pelas tendências gerais relativas à variação da mão-de-obra nas referidas indústrias.

No setor têxtil, desde 1950, verifica-se uma queda em números absolutos da mão-de-obra empregada: o número de trabalhadores passa de 368.960 em 1950 para 319.983 em 1970 (cf. Tabela 2.8.1). Ocorre também um decréscimo da participa-

27. Vestuário, calçados, tecidos.

ção feminina no setor; passa de 47,8% em 1970 para 46,7% em 1976.

É interessante observar que se compararmos os índices de sindicalização feminina nos diversos setores, eles serão sempre inferiores às taxas de participação feminina na mão-de-obra em cada um desses setores, com exceção da indústria têxtil. A "feminilização" do setor têxtil aliada à maior tradição de sindicalização talvez possa explicar esta particularidade (cf. Tabelas 2.7 e 2.8)⁽²⁸⁾.

Se realizarmos a mesma comparação para a indústria do vestuário, verificaremos que a sindicalização acompanha a tendência geral que para este setor é de crescimento da mão-de-obra⁽²⁹⁾ e manutenção da participação feminina relativamente constante, o mesmo verificando-se entre os químicos, onde a participação feminina na força de trabalho aumenta ligeiramente.

Se nos setores analisados acima a taxa de sindicalização feminina sofreu uma modificação significativa entre 78 e 79, mas mantendo-se similar à masculina, isso não acontece nas indústrias de alimentação e nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico, onde a taxa de crescimento da sindicalização feminina é significativa ou superior à masculina.

No que se refere à indústria de alimentação, a tendência geral é de aumento gradativo da participação feminina na força de trabalho do setor. Já o crescimento total do número de trabalhadores entre 70 e 76 é bastante inferior ao crescimento da PEA industrial (9% e 70%, respectivamente). A taxa de crescimento da sindicalização entre 78 e 79 é superior ao crescimento do número de trabalhadores entre 70 e 76.

2.5 AS TRABALHADORAS METALÚRGICAS

A primeira coisa que chama a atenção na análise da sindicalização dos trabalhadores metalúrgicos é que em São Paulo eles constituem 46,1% em 1978 e 47,1% em 79 do total de operários sindicalizados.

28. As Tabelas 2.7 e 2.8 não são diretamente comparáveis, na medida em que a primeira refere-se ao Estado de São Paulo e a segunda a todo o Brasil. Mesmo assim, a comparação pode indicar em que medida a variação na sindicalização acompanha as tendências gerais da evolução da mão-de-obra, nos ramos da indústria estudados.

A Tabela 2.8 também é problemática, na medida em que os dados referentes ao ano de 1976 provêm de outra fonte (RAIS) e são definidos de outra forma (cf. Tabela 2.8). Mesmo assim, optamos por utilizá-los, na medida em que eles nos fornecem direções para a pesquisa.

29. O problema dos dados referentes à indústria do vestuário é que no RAIS (1976) eles estão agregados com os da indústria de calçados, o que não acontece com os dados dos censos.

Em 1978 são 51,4% do total de sindicalizados do sexo masculino e 23,4% dos de sexo feminino. Em 1979 as cifras correspondentes são de 52,2% para os homens e 25,2% para as mulheres (cf. Tabela 2.7).

A participação deste setor na PEA industrial em 1970 é de 14,9% e em 1976 de 27,7% para todo o Brasil⁽³⁰⁾.

Entre 1970 e 1976, o número total de trabalhadores metalúrgicos passa de 809.325 para 1.420.210, verificando-se um crescimento de 75% no setor, que supera o crescimento da PEA industrial para o mesmo período (70%). Já o número de trabalhadoras metalúrgicas passa de 62.935 para 188.422, aumentando a participação feminina do setor de 7,8% para 13,3%.

As mulheres constituem em 1976 10,5% da força de trabalho na indústria metalúrgica, 9,2% na mecânica, 31,1% na de material elétrico e de comunicações e 8,6% na de material de transporte.

A tendência geral deste setor entre 70 e 76 foi de crescimento do número total de trabalhadores, verificando-se um aumento de participação feminina, explicável tanto pelo seu crescimento durante os anos do "milagre" econômico, quanto por razões ligadas às modificações verificadas no processo de trabalho industrial, criando novos empregos para a mão-de-obra feminina (cf. parte 1). No período pós-"milagre", a política do patronato de mobilização da mão-de-obra feminina e do menor deve ter contribuído também para essa elevação da participação feminina.

Se analisarmos a taxa de crescimento total da sindicalização dos metalúrgicos, verificamos que ela é de 7,7% entre 1978 e 1979. A mesma taxa é de 7,1% para os homens e de 12,8% para as mulheres, acompanhando por um lado a tendência geral da evolução da força de trabalho neste setor e por outro a tendência geral discutida no item 2.2 do maior aumento da sindicalização feminina em relação à masculina.

Já destacamos a importância das lutas operárias, sobretudo as da categoria metalúrgica, para a sindicalização. Agora se faz necessária a discussão de como se deu esse processo através da análise qualitativa da evolução das reivindicações das mulheres metalúrgicas.

N.º de metalúrgicos

30. Para 1970 $\frac{\text{PEA indústria}}{\text{N.º de metalúrgicos}} \times 100$. Fonte: IBGE, Censo de 1970.

PEA indústria

N.º de empregos ocupados nas ind. met.

Para 1976 $\frac{\text{N.º de empregos ocupados nas ind. met.}}{\text{N.º total de empregos ocupados}} \times 100$.

N.º total de empregos ocupados

Fonte: RAIS, Anuários Estatísticos do Trabalho, 1980.

3.1 SINDICALIZAÇÃO FEMININA E EXPRESSÃO DAS REIVINDICAÇÕES

Desde fins do século passado as mulheres, participando maciçamente do mercado de trabalho, sobretudo como operárias têxteis, foram incorporadas às extensas mobilizações sindicais por melhores salários, pela redução da jornada de trabalho, pela abolição do trabalho noturno para as mulheres e os menores, etc. Estudos sobre as lutas operárias na Primeira República assinalam a importância da participação feminina nessas mobilizações⁽³¹⁾, que possibilitaram algumas conquistas expressas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) quanto à licença-maternidade, creches, trabalho noturno, etc., nem sempre respeitadas.

No período posterior, verificamos por um lado a queda da participação feminina na PEA (cf. Tabela 1.1) e por outro parece notável a ausência de informações e pesquisas acerca da sindicalização e das reivindicações femininas.

Só muito recentemente a condição operária feminina resurgiu nos temas do sindicalismo brasileiro, sobretudo com a realização dos Congressos das Mulheres Metalúrgicas, a partir de 1978, que, aliada às campanhas de sindicalização das mulheres promovidas pelos diferentes sindicatos e à criação dos primeiros departamentos femininos, levou à inclusão formal, nas resoluções e pautas de reivindicações das campanhas salariais dos sindicatos, de algumas reivindicações levantadas pelas mulheres trabalhadoras.

3.2 EMERGÊNCIA DAS OPERÁRIAS: O PRIMEIRO CONGRESSO DAS MULHERES METALÚRGICAS

A partir de 1977 observa-se um fluxo na mobilização do movimento operário, especialmente em São Paulo. No quadro da campanha pela reposição salarial, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema realiza grandes assembléias⁽³²⁾.

Em 21 e 28 de janeiro de 1978 realiza-se em São Bernardo o 1.º Congresso da Mulher Metalúrgica, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema.

31. Cf. estudos de Maria Valéria Junho Pena, Boris Fausto, Warren Dean, etc.

32. Um ano depois, em maio de 1978, começam as greves de massa no ABC paulista no momento do dissídio coletivo envolvendo cerca de 300.000 trabalhadores.

A organização do Congresso mostra uma preocupação da parte do sindicato com a mobilização das mulheres. Tudo indica que a percepção da necessidade de uma estratégia específica em direção às mulheres existiu por parte da corrente sindicalista "autêntica" naquele momento. Diz Lula, na ocasião presidente do sindicato: "Antes da greve (de 1978) já tínhamos feito reuniões no sindicato com a participação de mulheres e pudemos observar a influência da mulher sobre o homem. Acredito que se as mulheres não tivessem incentivado os homens em casa não haveria greve. Afinal elas sabem o que é o custo de vida. E dentro da fábrica, a mulher ao assumir a atitude de luta contribuía para a greve e para animar mais o homem, porque este então ficou sabendo que por aquele lado não haveria furo"⁽³³⁾.

Nesta proposta de ampliação da base de mobilização operária a primeira preocupação se volta, assim, para as companheiras de metalúrgicos, os homens sendo majoritários na categoria. Aqui fica evidenciado que a preocupação de uma estratégia de mobilização específica em direção às mulheres parte ainda da situação que ocupa a mulher no lar (lugar de companheira do homem) mais que do seu estatuto próprio de trabalhadora, quando, em 1977, segundo dados do DIEESE⁽³⁴⁾, as mulheres representavam quase 10% do total da categoria metalúrgica na região de Bernardo e Diadema.

Quanto a essas mulheres operárias, as experiências de sua participação nas greves de massa de 1978 e 1979 mostram que ora apareceram com uma atividade complementar a dos homens, ora acompanharam a mobilização geral, ora eram intencionalmente marginalizadas da preparação do movimento, ora apareciam como um dos elos mais fracos da corrente de mobilização⁽³⁵⁾, o que explicaria a prática do sindicato de tentar formas preparatórias específicas de mobilização das mulheres.

Por outro lado, se as operárias são sistematicamente relegadas a segundo plano na prática do movimento operário, a coincidência no tempo da emergência de uma política sindical voltada para as operárias e a emergência de um movimento social das mulheres não é ocasional.

33. Depoimento de Lula in "A greve na voz dos trabalhadores, de Scania a Itu", *Cadernos de História Imediata*, coletivo Oboré, São Paulo, Alfa-Omega, 1979, p. 58.

34. Documento preparatório para o 1.º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, DIEESE, 1978.

35. Todas estas modalidades de participação das mulheres nos conflitos trabalhistas aparecem nas greves de massa de 1978 relatadas em "A greve na voz dos trabalhadores", op. cit. Não temos elementos para hierarquizar essas diferentes modalidades segundo ordem de importância ou frequência, embora fosse importante fazê-lo.

A luta das mulheres trabalhadoras, desencadeada a partir do Congresso de São Bernardo, surge num espaço aberto:

— pelos primeiros grupos femininos que colocaram reivindicações democráticas como o MFPA (Comitê Feminino pela Anistia), o Movimento contra a Carestia, que luta por melhores condições de vida, e o Movimento de Luta pelas Creches, que conseguiu já arrancar um certo número de creches de autoridades locais.

— pelos grupos de mulheres organizados em torno de uma proposta de conscientização, como os “grupos de mães” e as “comunidades de base”.

— pelos grupos que começaram, a partir de 1975, a colocar a questão da igualdade de direitos entre homens e mulheres, da “emancipação das mulheres”, alguns deles tendo evoluído rapidamente para posições feministas (Grupos Nós Mulheres, Centro da Mulher Brasileira, Brasil Mulher; Imprensa feminina e feminista: Jornal “Brasil Mulher” e “Nós Mulheres”).

O Congresso de São Bernardo corresponde, sem dúvida, a um ponto de inflexão: surgem no cenário do movimento operário as denúncias das especificidades da condição operária feminina e as reivindicações das operárias.

Uma análise das reivindicações das mulheres operárias apresentadas nos Congressos das Mulheres Metalúrgicas (cf. quadro página seguinte) permite as seguintes observações:

— elas remetem basicamente a três itens: salário, situação funcional e condições de trabalho. Constatada a desigualdade de salários, avolumam-se as discriminações referentes às condições de trabalho e à situação funcional das operárias, configurando um quadro não só de divisão sexual mas de facetas da opressão sexual na fábrica.

— as denúncias e as reivindicações surgidas em São Bernardo foram retomadas e completadas no Congresso das Metalúrgicas de São Paulo, realizado em 31 de agosto e 1-2 de setembro de 1979 (cf. quadro p.). Nesse último Congresso aparece também a reivindicação de extensão da licença-maternidade de 3 meses (CLT) para 6 meses, ausente na plataforma de São Bernardo.

— no entanto, as reivindicações levantadas nos Congressos de Mulheres ocupam ainda um lugar limitado no conjunto das reivindicações da categoria.

No quadro comparativo, verificamos que no momento do Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em junho de 1979, figuram apenas 3 dos itens levantados nos Congressos de Mulheres Metalúrgicas: salário igual para trabalho igual, licença de maternidade de 6 meses e creches nos locais de trabalho ou próximas destes.

Quadro Comparativo de Reivindicações Operárias Metalúrgicas

QUADRO COMPARATIVO DE REIVINDICAÇÕES OPERÁRIAS METALÚRGICAS

	Reivindicações do 1.º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema (1978)	Reivindicações do 1.º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo (1979)	Reivindicações constantes nas resoluções do 10.º Congresso Nacional dos Metalúrgicos (1979)	Reivindicações constantes na pauta de reivindicações para a campanha salarial do Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo (1981)
SALÁRIO	Salário igual para trabalho igual	Salário igual para trabalho igual	Salário igual para trabalho igual	
SITUAÇÃO FUNCIONAL	As trabalhadoras retomam as reivindicações do conjunto da categoria apresentadas nos Congressos anteriores dos metalúrgicos: horários, férias, descanso semanal, garantia de emprego	As trabalhadoras retomam as reivindicações do conjunto da categoria: estabilidade, fim das horas extras, jornada de trabalho de 40 horas semanais, férias pagas em dobro Reconhecimento da profissão com registro em carteira de trabalho Estabilidade para a gestante Licença de maternidade de 6 meses Aposentadoria aos 25 anos com salário integral Repúdio à discriminação contra a mulher grávida, casada e/ou com filhos no acesso ao trabalho Repúdio às discriminações das chefias Repúdio às exigências vexatórias no uso dos sanitários	Licença de maternidade de 6 meses e/ou	Estabilidade da gestante até 90 dias após o licenciamento compulsório
	Melhores condições gerais de trabalho na fábrica, adequando-se à presença da mulher Repúdio ao tratamento discriminatório das			

CONDIÇÕES DE TRABALHO

vexatórias no uso dos
sanitários
Melhores vestiários e
locais adequados para
refeições

Creches e equipamentos
sociais
Repúdio ao trabalho
noturno das mulheres

Creches
Repúdio ao trabalho
noturno das mulheres
Proibição de trabalhos
pesados para as
gestantes
Abolição do atestado
médico exigido das
gestantes
Assistência médica
pré-natal
Abono para faltas ou
atrasos da mulher para
levar seus filhos ao
médico
Melhor assistência
médica
Eleições das CIPAs pelos
operários(as)

Creches nas empresas ou
num raio de não mais de
500 metros

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Criar uma comissão de
mulheres junto à
Diretoria do Sindicato
visando melhorar a
participação das
trabalhadoras nas
atividades sindicais

Criar uma comissão que
prepare uma proposta de
Departamento
Feminino a ser aprovada
em Assembléia Geral

FONTE

Sindicato dos
Trabalhadores nas
Indústrias Metalúrgicas,
Mecânicas e de Material
Elétrico de São
Bernardo do Campo e
Diadema: Conclusões do
1.º Congresso da Mulher
Metalúrgica de São
Bernardo, 1978 (mimeo.)

Sindicato dos
Trabalhadores nas
Indústrias Metalúrgicas,
Mecânicas e de Material
Elétrico de São Paulo:
Resoluções no 1.º
Congresso da Mulher
Metalúrgica de São
Paulo, 1979 (mimeo.)

Jornal União Metalúrgica,
10.º Congresso Nacional
de Metalúrgicos, p. 8,
junho 1979. Ed. do Sind.
de Met. do Estado de
São Paulo

Sindicato dos
Trabalhadores nas
Indústrias Metalúrgicas,
Mecânicas e de Material
Elétrico de São
Bernardo do Campo e
Diadema: Campanha
salarial 81 (mimeo.)

Em novembro de 1980, na campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo, foi aprovada a inclusão da reivindicação de creches controladas por comissões paritárias sindicato-empresa durante assembléia geral da categoria.

Em 1981, na campanha salarial de São Bernardo está registrada apenas a reivindicação de estabilidade da gestante até 90 dias após o licenciamento compulsório.

Poder-se-ia acrescentar a estes dados que uma análise dos acordos celebrados por 72 categorias do Estado de São Paulo em 1979 e da frequência das reivindicações entre 1977 e 1980 nas categorias metalúrgica e têxtil, mostra que apenas a estabilidade das gestantes (3 vezes) e as creches (1 vez) figuram na listagem dos temas⁽³⁶⁾.

O distanciamento entre a prática das mulheres e o sindicato se traduz na não-incorporação das reivindicações levantadas nas pautas finais de negociação⁽³⁷⁾. Essa não-incorporação das reivindicações está relacionada com determinações mais gerais. Em primeiro lugar, o espaço da fábrica ainda é um espaço problemático para as mulheres, que são vistas e se vêem identificadas mais à esfera doméstica do que à do trabalho assalariado. Em segundo lugar, o espaço sindical é também alheio à prática das mulheres. A estrutura centralizada e a debilidade das políticas de incorporação qualitativa das mulheres no sindicato não favorecem uma real participação feminina, mesmo se a sindicalização desse segmento da classe operária cresce, como verificamos no decorrer de nossa pesquisa.

36. Cf. estudo de M. H. Tavares de Almeida, "Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil: idéias para discussão", Quadros VII e IX, pp. 27-28, mimeo., 1980.

37. Segundo M. H. Tavares de Almeida, op. cit., essa não-incorporação seria explicada pela própria estrutura sindical centralizada e vertical que tem como corolário o distanciamento entre as direções e os trabalhadores, o sindicato e a fábrica.